

Investimentos devem voltar a crescer

LUCIANA OTONI

BRASÍLIA

Um dos fatores que levaram à redução de 4% para 3,4% na expectativa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2005 foi a revisão das contas nacionais trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que trouxe entre as modificações um recuo de 6,9% para 2,3% na projeção de acréscimo da formação bruta de capital fixo para 2005.

Mesmo diante da queda do indicador que reflete o nível de inversões, o diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Bevilaqua, disse acreditar que a tendência para o segundo semestre é de aceleração da economia e dos investimentos. "Vimos pelo retrovisor uma acomodação na trajetória de crescimento e aceleração da inflação. Agora, olhando pelo pára-brisa, vemos aceleração do crescimento e acomodação da inflação", avaliou.

Bevilaqua comentou que a queda de 3% dos investimentos no primeiro trimestre do ano comparativamente ao quarto trimestre de 2004 forçou a revisão da projeção anual para baixo. Segundo ele, apesar dessa retração, a melhora das expectativas da inflação para os próximos meses, a performance do balanço de pagamentos (com previsão de superávit de US\$ 4,6 bilhões em transações correntes) e os resultados fiscais compõem um quadro favorável para a decisão dos empresários. "Em relação à ampliação da capacidade produtiva, nossa avaliação é que haverá nos próximos trimestres uma reversão da trajetória (de queda) dos investimentos e isso não representará um constrangimento maior para a economia", afirmou.

Questionado sobre se os aumentos da taxa de juros de 16% em setembro para 19,75% até maio não influenciou negativa-

mente desestimulando as decisões de investimento dos empresários, Bevilaqua disse que o raciocínio deve ser inverso: a aceleração da inflação reduziu a demanda doméstica, aumentou as incertezas e dificultou as decisões de investimento.

Na última terça-feira empresários do setor privado participaram de uma reunião no Palácio do Planalto, em Brasília, e disseram que a falta de regulamentação das Parcerias Público Privadas (PPP) está atrasando decisões de investimento. No dia 20 de junho, quando a ministra Dilma Rousseff foi conduzida para a chefia da Casa Civil, empresários do segmento da infra-estrutura apontaram entraves aos investimentos. Entre esses obstáculos estão a falta de definição nas atribuições das agências regulatórias e no programa de concessão de rodovias, falta de regulamentação das PPP e atraso nos investimentos públicos.